

A interface entre Direito Público e Direitos Humanos e Fundamentais é a tônica da edição nº 81 da revista *Direito Público* – publicação oficial vinculada ao Mestrado em Direito Constitucional do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) – que procura abarcar diversas vertentes de análise nesse campo.

O artigo que abre esta edição, de autoria de Jörg Luther, Professor da Università del Piemonte Orientale “A. Avogadro” – Itália, reflete sobre uma crise de tolerância combinada com uma crise mais ampla de solidariedade que ameaçam a universalidade do respeito e a garantia dos direitos humanos sociais no âmbito da União Europeia. Ainda sobre os direitos sociais, Osvaldo Ferreira de Carvalho pergunta qual o papel desses direitos frente ao constitucionalismo moderno, observando que podem exprimir uma resposta razoável e justa para uma refundação das bases sociais da cidadania democrática.

Ana Maria D’Ávila Lopes e Luís Haroldo Pereira dos Santos Junior analisam a possibilidade da compatibilização da teoria da margem de apreciação nacional com o controle de convencionalidade exigido pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos, ao qual o Brasil aderiu ao ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos em 1992. E, ainda, Eduardo Biacchi Gomes e Ronald Silka de Almeida refletem sobre o instituto da extradição e o dever de proteção do Estado para com seus súditos em abordagem relacionada aos Direitos Humanos em perspectiva também internacional.

Nas Seções Geral e Especial, outros debates importantes na atualidade são expostos: a relação entre o desenvolvimento brasileiro e a prática da corrupção administrativa, e em que medida a ação civil por improbidade administrativa atua como meio jurídico para sua prevenção e combate, num trabalho de José Antonio Remedio e Davi Pereira Remedio; e, ainda, a reflexão sobre o delito contra o patrimônio configurado no furto de energia (o chamado “gato”) como um impedimento ao princípio do acesso universal à energia como direito social, tendo como alicerce teórico o ecodesenvolvimento e uma nova interpretação do direito penal mais atenta a realidades sociais plúrimas, abordada por Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro e Carolina Carneiro Lima.

Esperamos que a presente edição venha a contribuir para a promoção de discussões, debates e divulgação de conhecimento científico qualificado.

João Paulo Bachur

Editor-Chefe

Luciana Silva Garcia

Editora-Adjunta